



PROCESSO EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA: UMA DISCUSSÃO.

Regina Celia Adamuz *

Dr. Eduardo Judas Barros **

RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo discutir o processo educacional na perspectiva sociológica, refletindo sobre o papel da educação na sociedade.

ABSTRACT:

The present work aims at discussing the educational process under a sociologic perspective, reflecting upon the role of education in society.

Key-words: Educational process, Sociology, Education, School.

Unitermos: Processo Educacional, Sociologia, Educação, Escola.

O conceito de educação do ponto de vista sociológico deve ser trabalhado em duas dimensões. Primeiramente deve ser entendido como um processo amplo, no sentido de socialização, já que educação e prática social, nesta dimensão ampla, confundem-se. A vida educa assim como as instituições sociais das quais os indivíduos participam no decorrer de toda sua trajetória de vida. Portanto, a sociedade seria pedagógica, particularmente agora que se tem uma expansão enorme dos meios de comunicação de massa. Se esses meios educam bem ou mal é outra questão.

Mas, para a sociologia, o conceito de educação, em sua dimensão ampla, é o mesmo que o indivíduo aprender a se tornar um ser social. Em síntese, é a **SOCIALIZAÇÃO DO INDIVÍDUO**. Então se aprende na família, na igreja, no sindicato, no partido, na rua, através da comunicação de massa. As práticas sociais visam a socializar o indivíduo, integrando-o no mundo social e nos grupos sociais dos quais ele participa. Assim, **EDUCAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO** são a mesma coisa.

* Mestranda - Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Estudos Superiores de Londrina - CESULON, do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina - UEL e da Universidade Norte do Paraná - UNOPAR.

** Professor do Departamento de Comunicação e do Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina - UEL.



Numa perspectiva mais específica, o conceito de educação é confundido com escolarização, ou seja, tem o significado de escolarização e a sociologia trabalha com essas duas dimensões. Ocorre que, em determinado momento, observam-se autores que estão focalizando educação no seu sentido amplo; em outros, ela está sendo focalizada em seu sentido específico, numa dimensão mais particular relacionando-se com a instituição chamada ESCOLA. A sociologia, ao focalizar a escola, está se especializando ainda mais porque esta passa a ser uma instituição moderna que surge com a emergência do sistema capitalista. Isso ocorre particularmente com a escola pública, que se expande e se consolida com a emergência da sociedade capitalista.

Adam Smith, em 1776, quando escreveu "A Origem da Riqueza das Nações", aconselhava os governantes a investirem na educação pública porque os homens oriundos do meio rural eram sujeitos socializados num ambiente considerado rude que os embrutecia e, agora, teriam que se tornar urbanos. Para tanto, era preciso que internalizassem uma outra lógica, um outro estilo de vida e uma outra maneira de ser e de conceber o mundo e a sociedade, porque esta se fundamentava na existência da propriedade privada. Nesse sentido, a fábrica passava a ser o centro fundamental da vida social urbana. Para que esses trabalhadores, advindos do meio rural, integrassem - se a esta lógica da cidade e ao novo mundo do trabalho, o da fábrica, precisariam passar por um processo de civilização, de polimento daquela brutalidade que havia sido adquirida no mundo rural. Agora não era mais o trabalho rural e sim o trabalho urbano - fabril. Adam Smith afirmava ainda que a partir da escola seria possível adaptar esses homens trabalhadores à nova lógica e ao novo estilo de vida no mundo urbano. Portanto, o papel da escola pública, na perspectiva de Adam Smith, era civilizar o trabalhador para que ele passasse a respeitar a propriedade privada representada fundamentalmente pelos instrumentos de trabalho pertencentes à burguesia (máquinas e fábricas) e para que soubessem respeitar horários, lendo as horas (horário de entrada, horário de saída na fábrica, jornada de trabalho). Investir na escola pública significava que, desde o momento em que a escola pública era institucionalizada, passava a ser encarada como uma necessidade da moderna sociedade capitalista.

Assim, a educação pública deveria ser administrada em doses homeopáticas. Não seria, portanto, um remédio para curar as feridas sociais, mas apenas para amenizá-las, como um bálsamo. Caso a educação fosse administrada em doses elevadas, não cumpriria sua função de controle social e político das camadas populares, consideradas perigosas. Afirmam alguns autores que a escola pública surge particularmente como uma instituição de controle social para essas camadas populares; outros dizem que esta surgiu para que a burguesia tivesse espaço e construísse, a partir da escola, a possibilidade de reproduzir-se como classe dominante. Na verdade, a burguesia, que já possuía o poder econômico, garantiu acesso ao saber político com as Revoluções Francesa e Americana. Para a burguesia, o acesso à escola pública já estava franqueado e também já tinha à sua disposição as escolas privadas. De fato, do ponto de vista histórico - sociológico, a escola pública é a instituição que vai garantir o necessário controle social.

Como observar a educação enquanto processo dentro de uma perspectiva sociológica? O papel específico da educação escolar se modificou. A escola passou a ser diferente em cada sociedade, porque cada sociedade tem características



específicas e, portanto, constrói uma escola com características específicas.

Então, pode-se dizer que existem inúmeras educações sociais. Na Índia e nos Estados Unidos, os indivíduos vão se socializando, aprendendo a viver naquelas sociedades com seu estilo de vida, seus hábitos, seus costumes, ou seja, com os valores que querem preservar. As escolas na Índia, por exemplo, não vão transmitir valores que sejam diferentes daquela sociedade, passando a desempenhar um papel de reprodução da cultura presente nela. É por isso que não se pode falar em uma única escola para uma sociedade. Do ponto de vista do conceito específico de EDUCAÇÃO como escolarização, acontece a mesma coisa. Ainda que a indústria cultural possa pretender a homogeneização cultural, esta não existe pois as sociedades reinterpretem a seu modo as mensagens e apelos das mídias. Assim, a escola pública existe em cada sociedade com um tipo específico de socialização. Há escolas privadas e vários tipos de escola pública: pública rural e urbana, a escola pública do centro da cidade, da periferia, de 1º e 2º graus e escola de deficientes. Além disso, existem escolas alternativas, criadas a partir de inúmeros projetos já existentes. Então, do ponto de vista sociológico, quando se trabalha com o conceito de educação, é preciso trabalhar nestas duas dimensões, ou seja, sem ignorar as suas funções políticas e sociais.

Qual a tarefa político - social da escola nesta sociedade? Se do ponto de vista histórico a escola surge como uma instituição que vai garantir o necessário controle social, ela também vai ser o espaço de confronto, de conflito. Contraditoriamente, a escola é a síntese dos conflitos presentes na sociedade e, dentro dela, a luta de classes se faz presente. Isto significa que a escola tem a tarefa política e social de garantir a necessária apropriação do conhecimento sistematizado pelas camadas que estão participando e necessitam realmente dela.

E, de acordo com SAVIANI (1984), à escola incumbe concretizar a segunda natureza humana. Ainda que se possa aprender com as práticas sociais, elas não garantem a apropriação do conhecimento científico pois, em geral, no cotidiano, predomina o senso comum, o conhecimento espontâneo. Daí que a tarefa da escola é garantir a socialização dos saberes científicos, significando que o homem, enquanto biológico (1ª natureza), tem que aprender a ser sócio - cultural (2ª natureza). A escola deve ser a mediadora entre a primeira e a segunda natureza humana.

A grande polêmica, tão questionada, é: a escola pode ser uma instituição de mudança social? Esse é o grande problema com o qual se debatem as grandes teorias sociológicas relativas à educação. A escola é uma instituição que está dentro de uma sociedade e, como tal, é a síntese dos conflitos e das contradições sociais. Como, então, pode ser uma instituição de mudança social?

Existem dois grandes blocos de teorias e hoje ainda surgem inúmeras outras. A primeira teoria sociológica entende a escola como uma instituição de adaptação do indivíduo no conjunto da divisão social do trabalho. Então, na sociedade, temos: o lixeiro, o carpinteiro, o médico, o dentista, o professor. Isso é positivo segundo a perspectiva que é chamada do "Consenso" ou visão "Funcionalista" da escola e da sociedade. Sua matriz teórica está em Durkheim. Essa visão funcionalista da escola entende primeiro que a divisão do trabalho na sociedade é positiva e o papel da escola está em formar indivíduos para que se integrem nos diferentes trabalhos presentes na



sociedade. A escola está diretamente ligada ao mundo do trabalho, tendo a função de adaptar os indivíduos à estrutura do trabalho na sociedade. A escola não vai ter condição nenhuma de resolver o problema daqueles que não fizeram "opção" para serem lixeiros, pedreiros, carpinteiros ou mendigos. Ela não tem responsabilidade com relação a isto, porque é natural que, na sociedade, haja pessoas que "optem" por serem lixeiros e trabalhadores subalternos. Para a visão funcionalista não interessa muito analisar a origem social das desigualdades, já que os indivíduos são diferentes, mas o ponto de partida (considerado do ponto de vista social) é desigual. Por exemplo: alguém que nasceu em uma família economicamente bem sucedida tem condições objetivas para estudar, mas a criança que nasceu em uma família paupérrima não tem as mesmas condições objetivas e subjetivas. É isso exatamente que o funcionalismo não analisa, não se preocupando em verificar se o ponto de partida dos indivíduos é diferente ou não, entendendo que as desigualdades sociais são naturais e que existem em todas as sociedades.

Mas, o que é ser diferente? Ser negro nessa sociedade de brancos é ser diferente. E ser diferente é uma condição econômica ou uma condição social? Na sociedade capitalista, essa diferença é transformada em desigualdade econômica. Daí, ser diferente é, por exemplo, ser negro e isso significa ser discriminado, ter dificuldades para mobilidade social, para conseguir altos postos econômicos, altos cargos de trabalho. Ser negro é ser diferente e ser diferente nesta sociedade significa carregar o peso de uma história de subalternidade. E a escola é uma instituição de brancos, constituída pelos homens brancos, formada pela cultura européia e estruturada a partir da lógica do homem ocidental. O que isso significa para o negro? Significa dificuldade de ascensão social, dificuldade de acesso e permanência na escola. Na verdade, ele é diferente dos brancos e essa diferença deveria ser respeitada, porém ela se transforma em desigualdade e não se analisa, apenas se naturaliza, reforçando as desigualdades.

Outra questão relativa à diferença é ser mulher nesta sociedade. Mulher é maioria mas é entendida como uma minoria. Historicamente a mulher não tinha direito à escola. Há pouco tempo é que elas conquistaram o direito de poder entrar em uma Universidade. Isto começa no Brasil nos anos 30. O tipo de escola que era destinado à mulher ensinava os afazeres e economia domésticos. Os internatos das freiras priorizavam as filhas dos grandes fazendeiros e descendentes dos nobres. Essas mulheres iam aprender bordados, músicas, ou então os grandes proprietários contratavam educadoras estrangeiras que ensinavam nas casas de fazenda. A universidade era privilégio dos homens. Então, nossa história da educação se constituiu a partir da desigualdade entre homem e mulher, e esta diferença foi transformada em desigualdade para fins de apropriação do saber sistematizado. Do ponto de vista histórico, o direito de oportunidade escolar foi muito mais privilégio dos homens do que das mulheres. Ainda que hoje a situação não exista dessa forma e na mesma proporção, o acesso das mulheres à universidade foi uma longa conquista.

Até o momento, demonstrou-se que a escola é uma instituição que surge marcada historicamente como espaço de controle social. Porém, à medida que as camadas populares vão se apropriando da instituição chamada ESCOLA, ela vai mudando seu papel. Tanto é que as mulheres passam a ter direito a estudar e os negros



vão constituindo as suas próprias escolas. Há um processo de reapropriação da escola garantindo o acesso, a permanência e a apropriação do conhecimento pelas camadas sociais consideradas historicamente subalternas.

Assim, a primeira perspectiva sociológica é a que focaliza a escola como instituição funcional que vai desempenhar um papel de adaptar o indivíduo às estruturas sociais, particularmente ao mercado de trabalho e as desigualdades sociais não são necessariamente evidenciadas por esta perspectiva sociológica.

Uma outra perspectiva sociológica é a do conflito, enfocando a escola como um espaço de reprodução das ideologias dominantes. Essa perspectiva tem origem em Marx, passa por Gramsci e Louis Althusser que define a escola como sendo um aparelho ideológico do Estado. Marx nunca teve muito interesse em analisar a escola pública e entender o seu papel, porque já partia da idéia de que esta era uma escola da burguesia, dificilmente acessível às camadas trabalhadoras. A burguesia fazia o papel de reproduzir as capacidades necessárias à sua formação como classe que continuaria sendo dominante. Entretanto, é a partir das explicações marxistas que Louis Althusser e outros teóricos, inclusive Gramsci, vão considerar a escola como um aparelho reprodutor da ideologia dominante. Gramsci prosseguiu dizendo que a escola não é uma instituição que se deve jogar fora, as classes trabalhadoras devem reapropriar-se dela por ser um importante espaço de luta das camadas trabalhadoras. O problema é quem está dirigindo esta escola, que currículo e qual conteúdo está sendo transmitido nela. Para Gramsci, as camadas trabalhadoras precisam participar da escola a fim de também se apropriarem dos saberes da burguesia, pois esta continua tendo o domínio de determinado saber. As camadas trabalhadoras não precisam ficar ensimesmadas no mundo do trabalho. É Gramsci que vai reinterpretar, dar um novo matiz, mostrar qual é o papel da cultura na constituição desta escola que é extremamente significativa para a classe trabalhadora. Através dela se pode fazer o papel de disseminação de uma cultura necessária à ascensão das camadas trabalhadoras. É deste ponto que ele vai fazer toda uma teorização em torno da questão cultural e não só focar a escola como um aparelho reprodutor do Estado. Ainda que a fábrica seja um espaço político-educativo Gramsci fornece um panorama de como seria o currículo desta escola que atenderia às camadas trabalhadoras.

A primeira perspectiva funcionalista, a perspectiva reprodutivista ou do conflito e a gramsciana são pontos de vista diferentes sobre a escola. Mas, tanto a primeira quanto a segunda concordam num seguinte sentido: se a escola é funcional e forma para o mercado de trabalho, então está reproduzindo algo. Uma reproduz as necessidades de mão de obra para o mercado de trabalho, a outra reproduz a ideologia. Então, ambas são reprodutoras. O que vai mudar esse foco sociológico é Gramsci que entende a escola como um espaço de conflito, de luta política, extremamente significativo para a classe trabalhadora. É ali que se pode produzir uma cultura que supere a subalternidade dos trabalhadores, podendo também formar o trabalhador para ser governante. Gramsci vai romper com essas duas grandes abordagens sociológicas: a funcionalista (entendida como conservadora) e a reprodutivista que faz a denúncia do conservantismo da teoria funcionalista. A teoria funcionalista erra por naturalizar as desigualdades sociais conferindo à escola uma função homogeneizadora ou diferenciadora, desempenhando a função de assemelhar as consciências dos alunos que



serão potencialmente os trabalhadores para que aceitem a diferenciação de papéis sociais. Então a escola, nesta perspectiva sociológica, não tem a tarefa de interferir na transformação das desigualdades sociais, uma vez que simplesmente integra os indivíduos aos diferentes papéis sociais exigidos no conjunto da divisão social do trabalho. Desta forma, ela peca pelo conservantismo e a teoria reprodutivista também. Isso porque, ao focalizar a escola como uma instância da reprodução da ideologia dominante, entende - a como espaço de conflito, mesmo afirmando que a escola só reproduz. De fato, esta teoria que prevaleceu até os anos 70, fez frutificar um espírito muito negativista em relação à escola porque, ao se entender que a escola enquanto instituição social só reproduz a ideologia dominante, não há necessidade de se continuar lutando contra a maré. Sendo assim, parece que a teoria reprodutivista diminuiu as esperanças de que a escola pudesse ser um espaço político de transformação da realidade. E o que isso significou? Significou que, até os anos 80, há uma espécie de imobilismo por parte da escola. Então, se os agentes não eram capazes de resolver os conflitos sociais, se o próprio professor era um instrumento de reprodução social, para que brigar contra essas estruturas dominantes? Esse imobilismo foi, de certa maneira, contrariado particularmente por Saviani e Moacir Gadoti que vão recuperar Gramsci, dando uma outra visão sociológica e filosófica para a escola.

A partir dos anos 80, a escola é considerada, no Brasil como um espaço de conflito e, a partir daí, se faz dela uma análise sociológica, interpretando-a como uma entre as muitas possibilidades de transformação da realidade contraditória em que vivemos. Assim, a escola deixa de ser interpretada como um espaço somente de reprodução, passando a ser vista como um lugar de luta política. É claro que ela não pode ser responsabilizada pelas contradições que são produzidas econômica e socialmente, mas pode contribuir para o processo de transformação social porque sua função de socializar o conhecimento sistematizado deve seguir uma determinada direção política. Disto surgem as teorias crítico - sociais dos conteúdos que vão se contrapor às teorias reprodutivistas e a escola passa a ser um local de construção de cidadania. A apropriação do conhecimento se faz necessária pois esta é uma sociedade de comunicantes. A transmissão da cultura de geração para geração se faz através da tradição oral ou da tradição escrita, processando - se basicamente pela linguagem escrita. Então, a participação na vida social vai depender da apropriação desses conhecimentos, do saber sistematizado. E o indivíduo analfabeto resume sua participação na sociedade à sua condição de cidadão votante. A participação dele na sociedade de comunicantes ouvintes e falantes, de seres sociais que travam relações, a partir da comunicação escrita ou oral, será tão restrita como a participação nos bens sociais e culturais. A perspectiva apontada agora é que a educação não pode transformar a realidade sozinha, porque ela é a síntese da realidade em que se inseriu. Porém, pode desempenhar bem o seu papel de socializar o conhecimento sistematizado para que os sujeitos que permanecem dentro da escola se apropriem dos saberes necessários à participação na vida social. A transmissão dos conhecimentos deve ser muito bem feita e com uma determinada direção política para que possa educar os cidadãos. Essa apropriação não pode ser mecânica, mas deve-se fazer, necessariamente, pelo processo de conscientização que não vem separado da educação e da alfabetização.

Como é que a escola pode contribuir no processo de transformação da



realidade? Fazendo bem o seu papel. O grande problema é que se educa para que os alunos sejam verdadeiros cidadãos, participem conscientemente da vida política e social, mas os próprios professores estão inseridos nesta sociedade e podem também ser alienados. O grande problema é conseguir educar para a construção de uma cidadania mais participativa e consciente. Como se vai educar para a desnaturalização dos fenômenos sociais se os professores são seres inseridos nesta sociedade e, portanto, também sujeitos a este processo de alienação? O conhecimento por si só não é capaz de garantir o processo de construção da cidadania. É preciso mais do que isso, é preciso esclarecer como as relações de poder são travadas. É preciso esclarecer qual é o sentido da vida nesta sociedade, qual é o sentido da escola nesta sociedade. E, se ela estiver aqui para reproduzir, então perde sentido. A escola só se justifica, enquanto instituição, se conseguir garantir a socialização do conhecimento sistematizado e não reprovar os indivíduos. Todos são intelectuais e, portanto, portadores de uma determinada racionalidade. O que diferencia o ser humano dos animais é que são capazes de se conhecerem e de se conscientizarem. Nesse sentido, a cidadania que se concretiza via escola, tal como está organizada, é uma cidadania questionável já que a escola está dentro desta sociedade, inserida no todo político, social etc.

Como é que a escola vai concretizar o SER se essa é uma sociedade constituída no TER e a cidadania que se materializa é aquela do cidadão consumidor e não do cidadão universal, que compreende, que estabelece relações, que esclarece e sabe esclarecer? Como fica a possibilidade de conciliar o TER e SER diante da realidade que se vive hoje, uma realidade de exclusão, globalização, mundialização? Enquanto Renato Ortiz fala em mundialização, Otávio Ianni refere-se à globalização. Pouco importa o conceito de mundialização e globalização com que um e outro trabalham, o que se quer mostrar é que o capitalismo está se globalizando, já se fazendo presente no leste europeu. O que se globaliza é o capital, portanto, globaliza-se a perspectiva do TER e, ao mesmo tempo, exclui-se porque são muitos os que deixam de ter até a possibilidade de viver, de ter trabalho. Esta realidade de exclusão coloca novas questões dentro da escola. Até que ponto, por exemplo, a escola está deixando de ser aquele centro de assistência social em que se concretizava a tal pedagogia do "coitadinho"?

Quando as crianças chegam ao 2ª grau, é como se não tivessem passado pela experiência escolar. Será que a escola não está contribuindo para construir mais uma forma de exclusão, diluindo o seu papel? Essa é uma questão crucial que a escola deve resolver. As novas tecnologias estão aí e são muito mais gratificantes. Esta geração nasce sobre a égide da tecnologia, portanto a criança que nasce na favela sabe que existe uma tecnologia X. Uma criança de 7 anos socializada na favela, cujas aprendizagens são as do mundo social da rua, estando em processo de alfabetização, sabe manipular melhor e mais rapidamente as novas tecnologias do que um adulto. Existe, pois, um descompasso entre o que a sociedade oferece e a escola que existe, não só pelas tecnologias mas, fundamentalmente, porque qualquer criança que vê televisão está sendo socializada pela mediação das tecnologias. Daí a escola, fica sem atrativos. Será que não é hora de pensarmos na perspectiva de uma formação mais universal do cidadão? A escola não resolve o problema do TER, a não ser o TER conhecimento que seria possibilidade de construir o SER. Caso a escola esgote essa sua função, não

consegue contribuir para mais nada. Então, entre cidadania e educação há uma relação capaz de permitir que se supere o mestre. É nesta perspectiva que se pode concretizar, de fato, uma noção de cidadania como função inovadora da escola.

Já a Escola de Frankfurt é uma reinterpretação da visão marxista de sociedade. Um dos teóricos, Teodor Adorno, em "Educação após Auschwitz" disse que existem inúmeras barbáries neste mundo em que vivemos porque civilização e barbárie caminham juntas. No Brasil, inúmeras tragédias estão acontecendo cotidianamente, como a dos meninos da Candelária e a dos sem-terras assassinados. Como fica, então, quando civilização e barbárie caminham juntas? Qual o papel da EDUCAÇÃO? A única possibilidade de solução para as barbáries é a EDUCAÇÃO. Adorno toma a educação na Alemanha, no período de 1930, e diz que nada justifica o holocausto nazista. Quando Hitler foi tomar a decisão final do holocausto nazista, contou com a colaboração dos engenheiros, técnicos e outros personagens que também haviam passado pela escola. Esses técnicos, engenheiros, responsáveis pela tecnologia da morte (câmaras de gás minuciosamente construídas para facilitar o extermínio coletivo), eram pessoas que tiveram experiência escolar. Não souberam dizer NÃO e construíram não só a tecnologia da morte como compactuaram com a loucura do holocausto. Como fica o papel da escola? Uma escola para cidadania tem que ser uma escola que eduque as pessoas inclusive para dizerem NÃO aos totalitaristas pois, há líderes que não nos interessam. A resposta que Adorno dá é que a educação pela escola tem uma força enorme e sua função inovadora faz com que pertença realmente à sociedade.

Ainda que a escola como instituição social e política alegue não ter nenhuma responsabilidade direta com as barbáries que ocorrem no dia a dia, também não pode ignorar que muitos daqueles que aceitam as ordens de matar podem ter passado pela escola. A reflexão que a escola de Frankfurt vem trazer é fundamental, já que não se forma apenas para o trabalho mas também precisam - se formar pessoas que saibam dizer NÃO. Precisa - se formar GENTE. A escola de Frankfurt diz que é preciso formar o **trabalhador gente** e é exatamente esse papel que **a escola não está fazendo, porque não está consciente disso.**



BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T. W. Educação após Auschwitz. In: Cohn, G. (org.) **Adorno**. Coleção Grandes Cientistas Sociais (54), São Paulo: Ática, 1986.
- BROOKOVER, Wilbur. B. Áreas do sociologia da educação. In: PEREIRA, Luiz & FORACCHI, Marialice M. **Educação e Sociedade**. 8. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. p. 19 - 21.
- _____. A educação como processo de controle social: função conservadora e função inovadora. In: PEREIRA, Luiz & FORACCHI, Marialice M. **Educação e Sociedade**. 8. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. p. 80 - 87.
- CÂNDIDO, Antonio. Tendências no desenvolvimento da sociologia da educação. In: PEREIRA, Luiz & FORACCHI, Marialice M. **Educação e Sociedade**. 8. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. p. 07 - 18.
- DURKHEIN, E. A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora. In: PEREIRA, Luiz & FORACCHI, Marialice M. **Educação e Sociedade**. 9. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- GOMES, Cândido Alberto. **Educação em Perspectiva Sociológica**. São Paulo: EPU, 1989.
- LINTON, Ralph. Condicionamento sócio-cultural da personalidade. In: PEREIRA, Luiz & FORACCHI, Marialice M. **Educação e Sociedade**. 8. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. p. 49 - 69.
- RIBEIRO, José Querino. Formas de processo educacional. In: PEREIRA, Luiz & FORACCHI, Marialice M. **Educação e Sociedade**. 8. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. p. 70 - 79.
- SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1994.
- SMITH, Adam. A origem da riqueza das nações. In: **Coleção os Economistas**. São Paulo: Nova Cultural 1985.